

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	37
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	43
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público.....	44
1.2 Atividade Financeira do Estado.....	46
1.3 Definição de Tributo.....	51
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa expressar.....	51
1.3.2 Prestação compulsória.....	54
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito.....	55
1.3.4 Prestação instituída em lei.....	57
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	57
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos.....	59
1.4 Os Tributos em Espécies.....	60
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo.....	61
1.4.2 Os impostos.....	65
1.4.2.1 A criação dos impostos.....	67
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva.....	68
1.4.3 As taxas.....	70
1.4.3.1 Taxas de polícia.....	70
1.4.3.2 Taxas de serviço.....	72
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis.....	73
1.4.3.2.2 Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos.....	77
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas.....	79

1.4.3.4	Taxas e preços públicos – Notas distintas.....	84
1.4.4	As contribuições de melhoria.....	87
1.4.4.1	Requisitos para instituição e cobrança.....	90
1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria.....	91
1.4.5	Os empréstimos compulsórios.....	93
1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição.....	95
1.4.5.2	Destinação da arrecadação.....	97
1.4.5.3	Restituição.....	97
1.4.6	As contribuições especiais.....	98
1.4.6.1	Contribuições sociais.....	103
1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social.....	103
1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais.....	107
1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais.....	109
1.4.6.1.3.1	A contribuição para o salário-educação....	109
1.4.6.1.3.2	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/2001.....	110
1.4.6.1.3.3	As contribuições para os serviços sociais autônomos.....	112
1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.....	116
1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas.....	119
1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.....	120
1.4.6.3.2	Contribuição sindical.....	123
1.4.6.4	Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública e Monitoramento dos Logradouros Públicos – COSIMP.....	125
1.4.6.5	Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados – CPPS.....	130
1.5	Classificações Doutrinárias dos Tributos.....	133
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais.....	133
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais.....	134

1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	134
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados.....	135
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada.....	136
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos.....	137
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	138
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN	138
2.	LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	141
2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica	142
2.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo	143
2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas	143
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	143
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	144
2.4	Princípios ou Regras?	146
2.5	A Legalidade	147
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	147
2.5.2	Exceções ao princípio	148
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	153
2.5.4	Legalidade e medida provisória	157
2.6	Princípio da Isonomia	159
2.6.1	Acepções do princípio	159
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	160
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso	161
2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas	163
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	164

2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	164
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	165
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS	166
2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista)	168
2.6.2.8	Lei de Repatriação – Discriminação entre os detentores de cargos públicos e eletivos e as demais pessoas	169
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva	170
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais	171
2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte	174
2.7	O princípio da não surpresa	177
2.7.1	Princípio da irretroatividade	179
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	181
2.7.1.2	Irretroatividade e IR	182
2.7.1.3	Inexistência de exceções ao princípio da irretroatividade	185
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	186
2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro	187
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais	189
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	191
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	191
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias	194
2.7.3.2	Exceções à noventena	196
2.8	Princípio do não confisco	198
2.8.1	A configuração do efeito confiscatório	199
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio ..	202
2.8.3	Pena de perdimento e confisco	203
2.8.4	Taxas e princípio do não confisco	204
2.8.5	Multas e princípio do não confisco	205

2.9	Princípio da Liberdade de Tráfego	206
2.10	Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo	209
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	209
2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal	211
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	212
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	213
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional	214
2.11	Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino	217
2.12	O princípio da indisponibilidade do interesse público e a Concessão de Benefícios Fiscais	218
2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais	219
2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS	222
2.13	Princípio da simplicidade	230
2.14	Princípio da transparência	232
2.15	Princípio da justiça tributária	233
2.16	Princípio da cooperação	234
2.17	Princípio da defesa do meio ambiente	236
2.18	Imunidades	238
2.18.1	Diferenciação de institutos assemelhados	238
2.18.2	Imunidades e isenções	240
2.18.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	243
2.18.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	243
2.18.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas	245
2.18.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	245
2.18.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	246
2.18.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas	247
2.18.4	As imunidades tributárias em espécie	247

2.18.4.1	A imunidade tributária recíproca	247
2.18.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista	249
2.18.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica	252
2.18.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público	258
2.18.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil	261
2.18.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal	263
2.18.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros	264
2.18.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal	264
2.18.4.2	A imunidade tributária religiosa	265
2.18.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	270
2.18.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais	271
2.18.4.3.2	Regulamentação legal da imunidade	274
2.18.4.3.3	Possibilidade de entidade religiosa gozar da imunidade das entidades assistenciais	277
2.18.4.3.4	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada	279
2.18.4.4	A imunidade tributária cultural	281
2.18.4.5	Imunidade tributária da música nacional	286
2.18.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade	287
2.18.4.5.2	Tributos abrangidos	288
2.18.5	Demais imunidades previstas na CF/1988	289
3.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	291
3.1	Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças.....	292

3.1.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário	292
3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	294
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar.....	296
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência.....	297
3.1.2	Competência tributária	299
3.1.3	Repartição da competência tributária.....	302
3.1.3.1	Competência tributária privativa.....	303
3.1.3.2	Competência tributária compartilhada.....	305
3.1.3.3	Competência tributária comum.....	306
3.1.3.4	Competência tributária cumulativa.....	309
3.1.3.5	Bitributação e <i>bis in idem</i>	310
3.1.3.5.1	<i>Bis in idem</i>	310
3.1.3.5.2	Bitributação.....	311
3.2	Legislação Tributária.....	314
3.2.1	Leis.....	316
3.2.1.1	Leis em sentido estrito.....	316
3.2.1.2	Medidas provisórias	318
3.2.1.3	Leis delegadas	318
3.2.1.4	Resoluções do Senado Federal	318
3.2.1.5	Decretos legislativos	320
3.2.1.6	Decretos-leis.....	320
3.2.2	Tratados e convenções internacionais.....	320
3.2.2.1	Impacto do tratado internacional sobre o direito interno	321
3.2.2.2	Tratados internacionais e a legislação tributária super- veniente – A visão do STF	323
3.2.2.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tri- butária superveniente – A visão do STJ.....	324
3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	325
3.2.3	Decretos.....	327
3.2.4	Normas complementares	327

3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	328
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	328
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.....	330
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.....	331
3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	332
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais.....	332
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN.....	335
3.3.2.1	Vigência espacial.....	336
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação.....	337
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional.....	338
3.3.2.2	Vigência temporal.....	339
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade.....	341
3.3.3	Aplicação da legislação tributária.....	342
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN.....	342
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade.....	344
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa.....	345
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades.....	349
4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	353
4.1	Noções Gerais de Interpretação.....	353
4.2	Critérios de Interpretação	354
4.2.1	Interpretação quanto à fonte	355
4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados.....	356
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional	357
4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos.....	358
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações.....	362

4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público.....	364
4.4	O Princípio do <i>Pecunia Non Olet</i>	368
4.5	Integração da Legislação Tributária.....	369
4.5.1	Técnicas de integração.....	370
4.5.2	Discricionariedade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração.....	372
5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	375
5.1	Considerações Iniciais.....	375
5.2	Obrigação Tributária Principal.....	377
5.3	Obrigação Tributária Acessória.....	378
5.3.1	Conceito, objeto e características.....	378
5.3.2	Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.....	380
5.4	Teoria do Fato Gerador.....	384
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal.....	387
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória.....	387
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade.....	388
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador.....	391
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato....	392
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica....	392
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas.....	393
5.5	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária.....	394
5.5.1	Sujeito ativo da obrigação tributária.....	395
5.5.2	Sujeito passivo da obrigação tributária.....	399
5.5.3	Solidariedade.....	403
5.5.3.1	Tipos de solidariedade.....	404
5.5.3.2	Características da solidariedade.....	406
5.5.4	Capacidade tributária passiva.....	409
5.6	Domicílio Tributário.....	411
6.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	417
6.1	Considerações iniciais.....	417

6.2	Modalidades de Responsabilidade.....	419
6.3	Responsabilidade por Transferência.....	421
6.4	Responsabilidade por Substituição.....	422
6.4.1	Substituição tributária regressiva.....	422
6.4.2	Substituição tributária progressiva.....	424
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva.....	426
6.4.2.2	A questão da restituição.....	429
6.4.3	Substituição tributária concomitante.....	433
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão.....	433
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis.....	434
6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa.....	436
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública.....	437
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade.....	438
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis...	438
6.5.3	A responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	440
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial.....	445
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas.....	446
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade.....	449
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento.....	450
6.6	Responsabilidade de terceiros.....	455
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular.....	455
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular...	459
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	467
6.7	Responsabilidade por Infrações.....	468
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente.....	473
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações.....	476
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	483
7.1	Crédito Tributário e Lançamento.....	483

7.1.1	Competência para lançar.....	486
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada.....	488
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento.....	489
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	492
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado.....	493
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo.....	493
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário.....	494
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	495
7.1.6	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento.....	496
7.2	Modalidades de Lançamento.....	498
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto	499
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto.....	501
7.2.2.1	Retificação de declaração.....	504
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento.....	505
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolançamento”	507
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia	510
8.	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	511
8.1	Considerações Iniciais.....	511
8.2	Depósito do Montante Integral.....	514
8.3	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal.....	517
8.4	Liminar em Mandado de Segurança.....	521
8.5	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial.....	523
8.6	Moratória.....	525
8.6.1	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação.....	527
8.6.2	Créditos abrangidos pela moratória	529
8.6.3	Moratória individual e direito adquirido.....	529
8.7	Parcelamento	532
9.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	537
9.1	Considerações Iniciais.....	537

9.1.1	Pagamento.....	541
9.1.1.1	Cumulatividade das multas.....	541
9.1.1.2	Pagamento e presunções civilistas.....	542
9.1.1.3	Local e prazo para pagamento.....	543
9.1.1.4	Efeitos da mora em Direito Tributário.....	544
9.1.1.4.1	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças.....	544
9.1.1.4.2	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora.....	545
9.1.1.4.3	Processo administrativo de consulta.....	546
9.1.1.5	Forma de pagamento.....	546
9.1.1.6	Imputação em pagamento.....	548
9.1.1.7	Pagamento indevido e repetição de indébito.....	550
9.1.1.7.1	Restituição de tributo indireto.....	551
9.1.1.7.2	Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual.....	556
9.1.1.7.3	Restituição de juros e multas.....	557
9.1.1.7.4	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição.....	558
9.1.1.7.5	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo.....	564
9.1.1.7.6	Prazo na extinção não contenciosa do crédito.....	565
9.1.1.7.7	Prazo na extinção contenciosa do crédito....	567
9.1.1.7.8	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial.....	569
9.1.2	Compensação.....	572
9.1.3	Transação.....	581
9.1.4	Remissão.....	582
9.1.5	Decadência.....	584
9.1.5.1	Regra geral.....	588
9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem.....	589
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal.....	589

9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação.....	592
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”.....	594
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça.....	596
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	598
9.1.6	Prescrição	600
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional.....	604
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	604
9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora.....	606
9.1.6.1.3	A confissão de dívida	606
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional.....	608
9.1.7	Conversão do depósito em renda.....	613
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	614
9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência.....	614
9.1.10	Decisão administrativa irreformável	617
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado.....	618
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis.....	621
10.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	623
10.1	Considerações Iniciais.....	623
10.1.1	Isenção.....	624
10.1.2	Anistia.....	629
11.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	633
11.1	A Questão Terminológica.....	633
11.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo.....	634
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário.....	635
11.2.2	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas.....	638
11.2.3	A “penhora on-line”	640

11.2.4	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas.....	643
11.3	Os Privilégios.....	646
11.3.1	Regra geral.....	646
11.3.2	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata.....	646
11.3.3	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento	650
11.3.4	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	651
11.3.5	Autonomia do executivo fiscal.....	652
11.3.6	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público	653
12.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	657
12.1	Considerações Iniciais	657
12.2	Fiscalização	658
12.2.1	Poderes das autoridades fiscais.....	658
12.2.2	Os deveres das autoridades fiscais.....	664
12.2.2.1	O dever de documentar o início do procedimento.....	665
12.2.2.2	O dever de manter sigilo e suas exceções	666
12.2.2.2.1	A transferência do sigilo.....	666
12.2.2.2.2	A divulgação das informações.....	668
12.2.2.2.3	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	674
12.3	Dívida Ativa.....	677
12.4	Certidões Negativas	681
12.4.1	Certidões positivas com efeitos de negativas	682
12.4.2	Dispensa da apresentação de certidão negativa.....	683
12.4.3	Responsabilidade por expedição de certidão com erro.....	684
12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas.....	686
13.	IMPOSTOS FEDERAIS	691
13.1	Imposto sobre a Importação – II	692
13.1.1	Fato gerador	692

13.1.2	Base de cálculo.....	696
13.1.3	Contribuintes.....	697
13.1.4	Lançamento.....	698
13.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	698
13.1.6	Visão geral do imposto.....	703
13.2	Imposto de Exportação – IE.....	703
13.2.1	Fato gerador	704
13.2.2	Base de cálculo.....	704
13.2.3	Contribuintes.....	705
13.2.4	Lançamento.....	705
13.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação.....	706
13.2.6	Visão geral do imposto.....	707
13.3	Imposto de Renda – IR.....	707
13.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR.....	708
13.3.2	Fato gerador	710
13.3.3	Base de cálculo.....	713
	13.3.3.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ.....	713
	13.3.3.2 Imposto de Renda das Pessoas Físicas – IRPF	714
13.3.4	Contribuintes.....	716
13.3.5	Lançamento.....	716
13.3.6	Visão geral do imposto.....	717
13.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	717
13.4.1	Seletividade.....	718
13.4.2	Não cumulatividade	720
13.4.3	Imunidades.....	726
13.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital	726
13.4.5	Fato gerador	727
13.4.6	Base de cálculo.....	731
13.4.7	Contribuintes.....	731
13.4.8	Lançamento.....	732

13.4.9	Visão geral do imposto.....	732
13.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	733
13.5.1	IOF sobre o ouro.....	733
13.5.2	Fato gerador	735
13.5.3	Base de cálculo.....	736
13.5.4	Contribuintes.....	736
13.5.5	Lançamento.....	736
13.5.6	Visão geral do imposto.....	736
13.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	737
13.6.1	Progressividade	738
13.6.2	Imunidade das pequenas glebas.....	739
13.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança.....	740
13.6.4	Fato gerador	740
13.6.5	Base de cálculo.....	742
13.6.6	Contribuintes.....	743
13.6.7	Lançamento.....	743
13.6.8	Visão geral do imposto.....	743
13.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	744
13.8	Imposto Seletivo – IS.....	745
13.8.1	O papel da lei complementar	746
13.8.2	Legalidade, anterioridade e noventena	748
13.8.3	Regramento constitucional	749
13.8.3.1	Imunidades	749
13.8.3.2	Incidência monofásica	750
13.8.3.3	Incidência “por fora”	751

13.8.3.4	Autorização para bitributação e <i>bis in idem</i>	752
13.8.3.5	Alíquotas específicas ou <i>ad valorem</i>	754
13.8.3.6	Incidência sobre a extração de recursos minerais	754
14.	IMPOSTOS ESTADUAIS	757
14.1	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD.....	759
14.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade.....	759
14.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança.....	760
14.1.3	Fato gerador	763
14.1.4	Base de cálculo	764
14.1.5	Contribuintes.....	764
14.1.6	Lançamento.....	765
14.1.7	Doações imunizadas	765
14.1.8	Visão geral do imposto.....	767
14.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	767
14.2.1	O conceito de mercadoria	769
14.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS	772
14.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias.....	772
14.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias	776
14.2.3	Seletividade	778
14.2.4	Não cumulatividade	779
14.2.5	A fixação das alíquotas interestaduais e de exportação.....	785
14.2.6	O ICMS nas operações interestaduais.....	787
14.2.7	O ICMS nas importações.....	796
14.2.8	ICMS e operações de <i>leasing</i>	799
14.2.9	ICMS e as operações de comodato na importação	804
14.2.10	A tributação conjunta de mercadorias e serviços.....	804
14.2.11	Imunidades	806

14.2.11.1	Exportações.....	806
14.2.11.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica.....	808
14.2.11.3	Outras imunidades.....	811
14.2.12	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes.....	811
14.2.13	Concessão de benefícios fiscais de ICMS.....	814
14.2.14	Fatos geradores.....	814
14.2.15	Bases de cálculo.....	818
14.2.16	Contribuintes.....	819
14.2.17	Lançamento.....	820
14.2.18	Visão geral do imposto.....	820
14.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	821
14.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA.....	822
14.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA.....	824
14.3.3	Lançamento.....	826
14.3.4	Visão geral do imposto.....	826
15.	IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	827
15.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.....	828
15.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel.....	828
15.1.2	Progressividade extrafiscal.....	830
15.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel.....	831
15.1.4	Fato gerador.....	832
15.1.5	Base de cálculo.....	835
15.1.6	Contribuinte.....	836
15.1.7	Lançamento.....	839
15.1.8	Visão geral do imposto.....	840
15.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.....	840
15.2.1	Definição do Município competente para a cobrança.....	842
15.2.2	A imunidade nos eventos societários.....	842
15.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária.....	845

15.2.4	Fato gerador	846
15.2.5	Base de cálculo.....	847
15.2.6	Contribuinte.....	849
15.2.7	Lançamento.....	849
15.2.8	Visão geral do imposto.....	849
15.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.....	850
15.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS.....	852
15.3.2	Isenção heterônoma nas exportações.....	856
15.3.3	Fato gerador	857
15.3.4	Sujeito ativo	857
15.3.5	Base de cálculo.....	860
15.3.6	Contribuinte.....	860
15.3.7	Lançamento.....	860
15.3.8	Visão geral do imposto.....	860

16. IVA DUAL: IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS.....

16.1	Reforma Tributária e adoção do modelo de IVA dual.....	864
16.2	Identidade estrutural de IBS e CBS	866
16.3	Princípio da neutralidade.....	868
16.4	Disposições constitucionais comuns a CBS e IBS.....	869
16.4.1	Amplitude conceitual da expressão “bens e serviços”.....	869
16.4.2	Incidência nas importações.....	871
16.4.3	Imunidade nas exportações.....	872
16.4.4	Legislação nacional única e regime de alíquotas.....	872
16.4.4.1	Alíquotas de referência.....	873
16.4.5	Princípio da não cumulatividade.....	874
16.4.6	Adoção do sistema de crédito financeiro.....	876
16.4.7	Cálculo “por fora”.....	878
16.4.8	Restrição à concessão de benefícios fiscais.....	879
16.4.9	Regimes específicos de tributação.....	880
16.4.9.1	Combustíveis e lubrificantes	881

16.4.9.2	Serviços financeiros.....	883
16.4.9.3	Operações com bens imóveis.....	885
16.4.9.4	Planos de saúde.....	885
16.4.10	Regimes favorecidos de tributação.....	886
16.4.10.1	Redução de alíquota.....	887
16.4.10.2	Concessão de isenção e de crédito presumido.....	891
16.4.11	Imunidade na radiodifusão de recepção livre e gratuita	893
16.4.12	Sujeitos passivos	893
16.4.13	<i>Split payment</i>	894
16.4.14	Desoneração completa da aquisição de bens de capital	896
16.4.15	Uniformidade do tratamento dos regimes aduaneiros especiais e das zonas de processamento de exportação.....	899
16.4.16	Compras governamentais	900
16.4.17	Dupla oneração como requisito para uso de crédito	903
16.4.18	Adoção do mecanismo de <i>cashback</i>	904
16.5	A tributação pelo IBS “no destino”.....	905
16.6	Processo administrativo fiscal.....	909
16.7	Comitê gestor do IBS.....	910
16.7.1	Instauração, financiamento e composição.....	911
16.7.2	Competências	912
16.7.3	Deliberações.....	914
16.8	Regime jurídico de transição.....	915
16.8.1	Transição para o contribuinte	915
16.8.1.1	Implementação dos novos tributos.....	915
16.8.1.2	Extinção dos tributos substituídos	919
16.8.1.3	Marcos temporais na transição para o contribuinte.....	921
16.8.1.4	Aproveitamento dos saldos credores	921
16.8.2	Transição para os entes federados	922
16.8.2.1	Alíquotas de referência.....	923
16.8.2.2	Mecanismos de trava à carga tributária	925
16.8.2.3	Migração para o princípio do destino.....	929

16.8.2.4	Seguro-receita.....	932
16.8.3	Zona Franca de Manaus.....	933
17.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	935
17.1	Noções gerais.....	935
17.2	Terminologia Adotada.....	936
17.3	Espécies de Repartição.....	937
17.4	Tributos cujas Receitas estão sujeitas à Repartição.....	938
17.5	Impostos cujas Receitas não são Repartidas.....	939
17.6	Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988.....	939
17.6.1	Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios.....	939
17.6.2	Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal.....	940
17.6.3	Repartição direta de receitas da União com os Municípios.....	942
17.6.4	Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios.....	943
17.7	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988....	951
17.7.1	Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	952
17.7.2	O fundo de compensação à desoneração das exportações.....	957
17.8	Garantias de Repasse.....	959
17.9	O dever de repasse e as renúncias fiscais.....	960
18.	O SIMPLES NACIONAL.....	963
18.1	Considerações Iniciais.....	963
18.2	Conceito.....	966
18.3	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP...	967
18.4	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município.....	970
18.5	Vedações à opção.....	971
18.5.1	Vedação plena.....	972
18.5.2	Vedação parcial.....	974
18.6	Opção pelo Regime.....	977

18.7	Exclusão do Regime	978
18.8	Tributos Incluídos na Sistemática.....	980
18.9	Tributos Não Incluídos na Sistemática	983
18.10	Tributos Sujeitos a Regras Específicas.....	988
18.10.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.....	988
18.10.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	988
18.10.3	O ISS retido na fonte	990
18.10.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos..	991
18.10.5	ISS e ICMS com valor fixo.....	991
18.10.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica	992
18.10.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	993
18.11	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação.....	994
18.12	Situações abrangidas por imunidade objetiva	995
18.13	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	997
18.14	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas.....	998
18.15	O Microempreendedor Individual – MEI e a sistemática de recolhimento em valores fixos	1002
18.16	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante	1005
18.17	Privilégio no cumprimento de novas obrigações	1007
18.18	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade.....	1008
18.19	Domicílio Fiscal Eletrônico.....	1009
18.20	Fiscalização Compartilhada.....	1010
18.21	Processo administrativo fiscal.....	1012
18.22	Processo Judicial.....	1013
18.23	Instâncias de gerência do Simples Nacional	1014
19.	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LIBERDADE ECONÔMICA.....	1017
19.1	Elisão, evasão e elusão fiscais.....	1017
19.1.1	Elisão fiscal	1018

19.1.2	Evasão fiscal.....	1019
19.1.3	Elusão fiscal e abuso das formas.....	1021
19.2	Norma Geral Antielisão e Combate ao Abuso de Formas Jurídicas.....	1023
19.3	A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário	1027
19.3.1	Análise de Impacto Regulatório – AIR.....	1029
19.3.2	Detalhamento das exigências para desconsideração da personalidade jurídica.....	1031
BIBLIOGRAFIA		1033
APÊNDICE		1037